

ASPECTOS GERAIS

- princípios para a arrecadação de recursos em campanha:
 - lisura das eleições
 - igualdade entre candidatos
 - equilíbrio no pleito

FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

- criado pela **Lei 13.487/17**
- seus recursos devem ser usados exclusivamente em **gastos de campanha**
- a lei define os recursos e o **TSE fixa o valor, seguindo os critérios definidos em lei**
 - valor destinado ao FEFC = ao percentual dos recursos da reserva específica a programações decorrentes de emendas de bancada estadual impositiva (encaminhado no projeto de lei orçamentária anual)
 - caso haja excesso de dotações ao Legislativo, o percentual pode ser reduzido mediante compensação.
 - os recursos são **depositados** pelo Tesouro Nacional em conta no Banco do Brasil até o **1º dia útil de junho** do ano eleitoral
 - nos 15 dias seguintes, o TSE divulgará o valor
 - caso haja **renúncia** ao valor do FEFC (até 1º dia útil de junho) por partido, **não é permitida sua redistribuição** aos demais: os recursos são devolvidos aos cofres públicos

RECURSOS ELEITORAIS

no Brasil, é **misto** (público e privado)

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

PÚBLICO

- são **3 fontes**:
 - fundo partidário
 - propaganda gratuita no rádio/TV
 - imunidade tributária aos partidos

PRIVADO

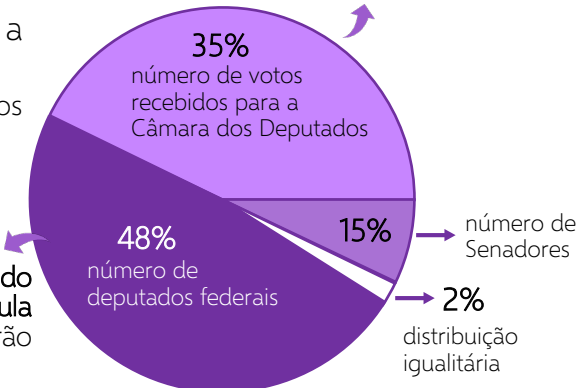
- são várias fontes:
 - recursos próprios do candidato
 - recursos do partido *é vedado o financiamento por pessoas jurídicas!*
 - doações de pessoas **físicas** ou outros candidatos
 - receita decorrente de
 - venda de bens ou serviços
 - realização de eventos
 - aplicação financeira

DISTRIBUIÇÃO

! IMPORTANTE!

- de acordo com a **representatividade** do partido (resultados na eleição anterior)

até 2030, os votos recebidos por **mulheres** e **negros** são contados em **dobro**!



se o Deputado **migrar de partido** por ele não ter atingido a **cláusula de barreira**, seus votos **não** serão considerados nesses 48%

ARRECADAÇÃO

→ sob responsabilidade dos partidos

LIMITES

- são definidos em **lei** e divulgados pelo **TSE**
- haverá **prestação de contas**, em que deverão ser incluídos não só as despesas dos candidatos, mas também os recursos do partido (que puderem ser individualizados) usados para a campanha de seus candidatos.
- haverá **multa** para os partidos que descumprirem os limites: **100% do valor** que ultrapassar.
 - o candidato poderá sofrer AIJE (Investigação Judicial Eleitoral) conforme a Lei de Inelegibilidade

FONTES VEDADAS



- listadas no **art. 24** da Lei das Eleições:
 - entidade ou governo estrangeiro;
 - órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do poder público
 - concessionário ou permissionário de serviço público
 - entidade de direito privado que receba contribuição compulsória em virtude de disposição legal
 - entidade de utilidade pública • entidade de classe/sindical
 - PJ sem fins lucrativos que receba recursos do exterior
 - entidades beneficentes e religiosas • entidades esportivas
 - organizações não-governamentais que recebam recursos públicos • OSCIPS
- o limite de **doação pelo próprio candidato** será **apurado anualmente pelo TSE** e RFB
- **violações** feitas pelo **partido político** implicam:
 - perda ou suspensão do direito ao recebimento das quotas do fundo partidário
 - possível condenação por abuso de poder

RECURSOS ELEITORAIS

ADMINISTRAÇÃO DA CAMPANHA

- cuidar dos gastos de campanha é responsabilidade direta do **candidato**, que pode ser auxiliado por um **gestor financeiro**
 - ambos serão solidariamente responsáveis pelas informações
- o candidato deve abrir uma **conta bancária específica** para a campanha (mesmo que não haja movimentação financeira)
 - apenas os **recursos** aplicados diretamente pelo **partido** não precisam transitar por essa conta
 - os recursos do **próprio candidato** devem transitar na conta **PEGADINHA!**
 - é **irregularidade insanável** a arrecadação de recursos e a realização de despesas **antes da abertura** da conta
- o banco **encerrará a conta** ao término da eleição, transferindo eventuais **saldos remanescentes** à conta do órgão de direção do partido
- se não houver agência bancária no **município**, a abertura da conta está dispensada na respectiva eleição municipal.

ARRECADAÇÃO PRÉVIA

- antes do registro, o **pré-candidato** pode arrecadar recursos por **financiamento coletivo**
- deve haver identificação obrigatória de:
 - nome,
 - CPF e por colaborador
 - valor doado
- caso o pré-candidato tenha seu **registro indeferido**, deverá **devolver os valores** aos doadores

DE PESSOA FÍSICA

- **cheques** cruzados e nominais
- **transferência eletrônica** de depósitos
- **depósitos em espécie** (devidamente identificados e até o limite fixado em lei)
- mecanismo disponível em **site** do candidato, partido ou coligação (inclusive por cartão de crédito)
- por **financiamento coletivo** por meio de sítios na Internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares
 - ➔ não é necessário apresentar **recibo** para cada doação, mas apenas indicar **lista de doadores** com os valores doados e seus CPFs.
- **comércio** de bens e/ou serviços, ou promoção de **eventos de arrecadação** realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político.



entre o registro e a eleição, o candidato fica **vedado** a fazer, a pessoas físicas ou jurídicas **qualquer doação**:

- em dinheiro
- de troféus,
- de prêmios
- ajudas de qualquer espécie

DE OUTRO CANDIDATO

- é **lícita** a doação de recursos de um candidato para outro, desde que observados os limites do art. 23, parágrafo 1º
 - ➔ o valor não pode ultrapassar 10% dos rendimentos brutos do ano anterior do doador
- o candidato será **considerado como pessoa física** para fins de doação

recursos
RECURSOS ELEITORAIS
eleitorais
= DOAÇÕES =

GASTOS ELEITORAIS

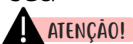
- confecção de **material impresso**
- **propaganda e publicidade** direta ou indireta (qualquer meio de divulgação)
- **aluguel** de locais para campanha
- **transporte ou deslocamento** de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas
- **correspondência** e despesas postais
- instalação, organização e funcionamento de **comitês e serviços necessários**
- **remuneração/gratificação** a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais
- montagem e operação de **carros de som**
- **comícios ou eventos**
- **produção de programas** de rádio, televisão ou vídeo (inclusive propaganda gratuita)
- **criação e inclusão de sites** e impulsionamento
- **multas** aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral;
- produção de **jingles, vinhetas e slogans** para propaganda eleitoral
- contratação (direta ou terceirizada) de pessoal para **atividades de militância e mobilização de rua** (Art. 100-A)



limite de gasto com alimentação de pessoal	10%
limite de gasto com aluguel de veículos	20%

não são considerados gastos eleitorais e não se sujeitam a prestação de contas:

- combustível e manutenção de veículo usado pelo candidato na campanha
- remuneração, alimentação e hospedagem do motorista (acima)
- alimentação e hospedagem própria
- uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física (até 3)



RECURSOS ELEITORAIS

= PRESTAÇÃO DE CONTAS =



SISTEMA SIMPLIFICADO

- adotado em caso de:
 - gastos \leq R\$20.000,00
 - eleições municipais com < 50.000 eleitores
 - ↳ obrigatório, mesmo que os gastos ultrapassem os R\$20.000,00
- deverá conter:
 - identificação das doações recebidas e das despesas realizadas (com nome e CPF/CNPJ e valores)
 - registros de sobras ou dívidas transferidas ao partido
 - ↳

ASPECTOS GERAIS

- os candidatos, os partidos e as coligações devem prestar contas à Justiça Eleitoral dos recursos arrecadados e gastos efetuados na campanha
- não precisa haver comprovação de:
 - cessão de bens móveis de até R\$4.000,00
 - doações de bens de uso comum de sede e de materiais de propaganda entre candidatos
 - ↳ deverá constar na prestação do pagador
 - cessão de automóvel do próprio candidato, cônjuge ou parentes até 3º grau para campanha
- tanto os candidatos a eleições majoritárias como proporcionais prestam contas diretamente (não há mais obrigatoriedade da constituição de comitês)

PRAZOS



DECORE!

eleições encerradas em único turno	até o 30º dia após o pleito
eleições encerradas no segundo turno	até o 20º dia após o pleito

- a inobservância dos prazos impede a diplomação dos eleitos
- os partidos podem assumir os débitos de campanha não quitados até a prestação
 - ↳ o órgão partidário responderá solidariamente com o candidato.

os documentos relativos às contas devem ser conservados até 180 dias após a diplomação

- ↳ caso haja pendência judicial, deverão ser conservados até o final da ação, se ultrapassar os 180 dias